

# Detalhe de Oferta de Emprego

**Código da Oferta:** OE202402/0476

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal para Cargos de Direção

**Estado:** Ativa

**Nível Orgânico:** Ministério da Administração Interna

**Organismo:** Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

**Regime:** Cargos não inseridos em carreiras

**Cargo:** Direção Intermédia de 2º grau

**Área de Actuação:** Chefe de Divisão de Contraordenações da Direção de Serviços da Direção de Serviços de Assessoria Jurídica, Contencioso e Política Legislativa, de acordo com o previsto no artigo 10º do Despacho n.º 887/2018, de 23 de janeiro, na sua redação atual.

**Remuneração:** 2806,92

**Suplemento Mensal:** 209.17 EUR

**Conteúdo Funcional:** As funções inerentes ao cargo previstas artigo 10º do Despacho n.º 887/2018, de 23 de janeiro, na sua redação atual.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação:** Licenciatura ou habilitação superior na área do direito.

Sólida e comprovada experiência na área do direito contraordenacional em especial na área da segurança privada e da segurança interna, e em todas as outras áreas que decorrem das competências atribuídas à Divisão de Contraordenações da Direção de Serviços de Assessoria Jurídica, Contencioso e Política Legislativa, constantes do artigo 10º do Despacho n.º 887/2018, de 23 de janeiro, na sua redação atual.

**Perfil:** Capacidade de coordenação, chefia ou direção, em particular aos níveis de: planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço.

Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Secretaria-Geral ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa da Administração Interna.

**Métodos de Selecção a Utilizar:** Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum/a candidato/a reúne condições para ser nomeado/a, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

**Composição do Júri:** Presidente: Licenciada, Teresa Maria Alvarez Lima Costa, Secretária-Geral Adjunta da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna; 1.º Vogal Efetivo: Licenciada Maria da Trindade Raposo, Diretora de Serviços da Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria Geral do Ministério da Justiça; 2.º Vogal Efetivo: Professor Doutor José Fontes, Professor Catedrático do Instituto Superior Militar.

## Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	1	Rua de São Mamede, n.º 23	Lisboa	1100533 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provimento:** A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** Aviso n.º 3479/2024 de 12 de fevereiro, publicado no DR n.º 30/2024, 2ª Série

**Local:** Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa

**Formalização da Candidatura:** 1. A candidatura deve ser formalizada, num prazo de 10 (dez) dias úteis, através de requerimento, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, em envelope fechado, com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetido por correio registado e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue, pessoalmente, no mesmo prazo, nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, da Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa, durante o horário de atendimento – das 9.00 Às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, devendo conter os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
- Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
- Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
- Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
- Fotocópias dos certificados de ações de formação profissional relacionadas com a área funcional do cargo a ocupar;
- Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.

Não serão aceites candidaturas entregues pessoalmente, ou expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

**Contacto:** 213409000

**Data de Publicação** 2024-02-15

**Data Limite:** 2024-02-29

**Observações Gerais:** - Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar à audiência de interessados, em conformidade com o n.º 13.º do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15/01, na sua redação atual.